



**EXAME DAS CONTAS DO ESPORTE CLUBE BAHIA DO  
TRIMESTRE ABRIL-JUNHO DE 2020**

### **1. Introdução**

O Conselho Fiscal, no período de 01 a 31 de agosto de 2020, analisou os demonstrativos contábeis (balancetes, balanço, DRE, fluxo de caixa) e orçamentários (DRO), examinou contratos celebrados e encerrados no período (direitos econômicos, federativos, de imagem, de cessão e de rescisão de atletas; licenciamento, parcerias, patrocínio, transmissão, prestação de serviços) e documentos contábeis (extratos bancários, folha de pagamento, encargos), solicitou informações e esclarecimentos à Diretoria Executiva (por e-mail, Whatsapp e reuniões virtuais). Segue o resultado deste trabalho.

### **2. Riscos e limitações**

Os trabalhos estiveram submetidos ao risco de detecção, característico de exames de documentos e registros informatizados, e foram limitados à documentação disponibilizada e às informações prestadas pela Diretoria Executiva (DE). Destaca-se que as medidas de combate à pandemia do Covid19 limitaram o acesso a alguns itens de análise, como o sistema de folha de pagamento, por exemplo.

### **3. Balanço e DRE**

A análise das peças contábeis até junho de 2020 indica que o Balanço Patrimonial continua apresentando situação preocupante com relação ao Patrimônio Líquido negativo (Passivo a descoberto) de R\$ 181,9 milhões. Observa-se que há uma elevada participação de passivos judiciais (parcelamentos, acordos trabalhistas, contingências) e que o Fundo Patrimonial é negativo (-R\$ 137,7 milhões).

A DRE apresenta evolução negativa (déficits recorrentes) nos meses de abril a junho de 2020, tendo acumulado déficit de R\$ 44,3 milhões no 1º semestre deste ano. Esse resultado foi agravado pelos efeitos associados à pandemia do Covid19, que reduziram as receitas do clube, principalmente as de bilheteria e direitos de transmissão. No intuito de mitigar os impactos da frustração de receitas no período pandêmico, a Diretoria Executiva adotou as seguintes medidas: (i) repactuação de obrigações contratuais (empregados, prestadores, fornecedores, patrocinadores e outros), (ii) parcelamento, com amparo de medida judicial, de obrigações fiscais e (iii) implementação de plano de recuperação econômica e financeira, como campanhas para retenção e regularização de associados e negociações com patrocinadores.

As ações relacionadas ao combate da forte crise financeira foram baseadas em atos legais, dentre os quais destacam-se:

- Lei Nº 13.979, de 06/02/2020 (D.O.U. de 07/02/2020);
- Medida Provisória nº 927, de 22/03/2020 (D.O.U. de 22/03/2020 – Edição Extra)
- Medida Provisória nº 936, de 01/04/2020 (D.O.U. de 01/04/2020 – Edição Extra);
- Portaria Nº 201, de 11/05/2020 (D.O.U. de 12/05/2020);



- Lei Nº 14.020, de 06/07/2020 (conversão da MPV 936/2020)

Os exames não detectaram irregularidades nas transações refletidas nos demonstrativos contábeis, mas evidenciam situação de alerta quanto à situação patrimonial (passivo a descoberto) e intenso controle quanto à operação (déficits em todos os meses do 1º semestre deste ano).

#### **4. Execução orçamentária – DRO**

A análise da DRO do 1º semestre de 2020 sinaliza uma diferença negativa de R\$ 22,5 milhões entre o resultado realizado (-R\$ 44,3 milhões) e o orçado (-R\$ 21,7 milhões), relacionado à frustração das receitas brutas (realizado R\$ 43,4 milhões frente ao orçado de R\$ 66,9 milhões), acompanhada pela execução das despesas realizadas em alinhamento com os valores orçados para o período (orçado R\$ 79,6 milhões contra um realizado de R\$ 80,7 milhões).

Em uma posição semelhante aos dados do 1º trimestre, nas rubricas das receitas, os destaques que causaram frustrações foram: Bilheteria (realizado de R\$ 4,5 milhões para um orçado de R\$ 10,4 milhões), direito de transmissão (realizado de R\$ 14,2 milhões contra um orçado de R\$ 24,3 milhões) e patrocínio/marketing (realizado de R\$ 2,5 milhões para um orçado de R\$ 5,3 milhões).

Quanto às despesas, os principais pontos de destaque foram: (i) as menores despesas de pessoal (realizado de R\$ 34,7 milhões contra um orçado de R\$ 43,8 milhões) e com o Programa Sócio torcedor (realizado de R\$ 356 mil contra um orçado de R\$ 1,6 milhão) e (ii) as maiores despesas com Perdas no Recebimento de Créditos (realizado de R\$ 3,2 milhões contra um orçado de R\$ 1,2 milhão), Amortizações – Formação de Atletas (realizado de R\$ 8,9 milhões contra um orçado de R\$ 3,3 milhões) e Provisão para contingências (realizado de R\$ 3,1 milhões contra um orçado de R\$ 247 mil).

Ressalta-se o item Amortizações - Formação de Atletas pela discrepância entre os valores orçados e realizados, reiterando o posicionamento do CF registrado no relatório de exame das contas do 1º trimestre de 2020.

#### **5. Fluxo financeiro**

O fluxo financeiro do clube apresentou um recebimento de recursos no montante de R\$ 58,2 milhões no período de janeiro a junho de 2020. As principais rubricas foram: Sócio e Prog. Relacionamento (R\$ 16,8 milhões) e Transmissão (R\$ 13,2 milhões).

Foram registradas entradas de R\$ 700 mil e R\$ 300 mil nos meses de abril e maio, respectivamente, decorrentes de contratos de mútuo financeiro individual, e de R\$ 3,7 milhões, em junho, decorrentes de empréstimos junto ao banco Daycoval (R\$ 1,9 milhão) e junto à CBF (R\$ 1,8 milhão). Ademais, até junho, houve entrada de R\$ 589 mil, referentes a antecipações voluntárias no pagamento de mensalidades de associados do Clube.



Os fluxos de pagamentos apresentaram as seguintes movimentações expressivas: Despesas com Pessoal (R\$ 26,9 milhões) e contratos/serviços (R\$ 12,9 milhões).

A DE negociou diferimento do pagamento das parcelas de abril a outubro do acordão trabalhista e há expectativa concreta de equacionamento, via parcelamento, das pendências referentes ao atraso de pagamentos de encargos ao longo do 1º semestre deste ano. Ademais, o fluxo financeiro encerrou o semestre em -R\$ 2,4 milhões, restando saldo em caixa de R\$ 384 mil.

## **6. Conclusão**

Em cumprimento ao disposto no Inciso I do Artigo 30 do Estatuto do Esporte Clube Bahia, o Conselho Fiscal examinou os demonstrativos contábeis, a execução orçamentária, o fluxo financeiro e documentos disponibilizados pela Diretoria Executiva, referentes ao 2º trimestre do exercício de 2020. A significativa diferença entre o déficit registrado e o orçado para o período em análise, agravada pelos impactos da pandemia do Covid-19 nas finanças do ECB sobretudo a partir do 2º trimestre (com frustração e/ou postergação de receitas), continuarão exigindo a adoção de ajustes orçamentários, financeiros e operacionais por parte da DE.

Salvador (BA), 31 de agosto de 2020

Pedro Diniz Bahia  
*Conselheiro Relator*

*Douglas Silva Carvalho*

*Marcus Emerson Verhine*

*Oswaldo José Celino Ribeiro*

*Paulo Eduardo Amaral Tavares*